

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SÁ CORREA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

Educação

Aparências e Realidades

O assunto educação está escorregando para o perigoso terreno da demagogia — totalmente impróprio para uma questão de tal seriedade. O problema não é exatamente a irrupção de um barulhento movimento estudantil, que ontem transformou a cidade em refém. Mais grave é a atitude dos que falam alto para conquistar dividendos políticos — quando a questão exige que se troque o grito pela reflexão.

Não é nada difícil transformar a escola particular em bode expiatório de um problema que vem crescendo ano a ano sem que os governos tomem providências. O governo Brizola iniciou um ambiciosíssimo programa de educação popular, apoiado nos Cieps. Há hoje menos de 50 Cieps em funcionamento. Pode-se achar ou não que eles são a salvação da lavoura — um fracasso ou uma revolução.

O que ninguém se preocupou em saber — antes de atirar pedras na escola particular — é quanto custa o aluno da escola pública para o cidadão que paga impostos (pois tudo tem seu custo, mesmo quando é apresentado como *gratuito*). A relação de aluno para funcionário, na escola pública, é de 9 ou 10 para 1 — contra cerca de 20 para 1 na escola particular. A diferença vai por conta dos funcionários em excesso — ou dos que sequer aparecem no emprego (incluindo professores).

É normal que os alunos e pais de alunos queiram o melhor em matéria de educação — pois a educação muda a vida de uma pessoa. É perfeitamente normal que ninguém queira ir para uma escola pública que se transformou em abrigo de desabrigados — mas que antes disso já apresentava uma *performance* lamentável. O estranho é que se queira acabar com a escola particular num país onde a rede pública de ensino é uma ficção.

A rede particular tem sustentado a *república pedagógica* na ausência ou na falência do ensino público. Houve quem se aproveitasse disso — transformando a educação num negócio rendoso. Mas seria um crime contra a sociedade brasileira não separar, nesse terreno, o joio do trigo.

Se o poder público é incapaz de construir uma rede razoável de ensino, que exerça, ao menos, com alguma eficiência o seu papel de fiscalização. Na crise de agora, está sendo invocado o acordo feito em janeiro entre representantes das escolas e dos pais de alunos. Que se verifiquem os termos desse acordo, e que se punam, se for o caso, as escolas que o infringiram.

O Estado, ao fazer isso, não cumpre senão uma parte da sua obrigação. O Estado que se mostrou incapaz de oferecer — como determina a Constituição — um mínimo de ensino público gratuito, como já existiu em outras épocas, não tem a menor moral para se mostrar indignado com a rede particular.

O que é preciso saber — até para exercer uma fiscalização correta — é que a escola particular, por definição, é uma entidade diferenciada: cada uma delas se propõe a oferecer um determinado nível de ensino. A padronização, nesse terreno, condenaria o país a uma assustadora

mediocridade — ao verdadeiro nivelamento por baixo.

Durante anos seguidos, as escolas particulares corrigiram pela inflação o salário de seus professores (a parte mais substancial do seu orçamento), enquanto as mensalidades subiam menos que este índice. Quando os professores fazem greve por melhores salários, têm a simpatia (muito justa) da sociedade. Mas o repasse desse aumento para as mensalidades, obviamente, não é recebido com a mesma compreensão; e assim se estabelece o mecanismo que pode levar ao fundo uma escola particular, se ela tiver algum escrúpulo quanto ao ensino que oferece.

Os “balcões do ensino”, de alguma forma, sempre se safarão das dificuldades — já que não têm nenhum compromisso com a qualidade do produto que oferecem. É por esse motivo, entre outros, que não se pode passar o rolo compressor sobre a rede de escolas particulares.

A fiscalização teria de verificar, em cada caso, onde houve abuso e onde não houve. Não é um quadro que combine com a truculência agora demonstrada por algumas autoridades da educação.

Se está havendo complô contra a educação brasileira, ele não vem necessariamente do que se convencionou chamar de “tubarão do ensino”. Pode haver — e há — muito abuso do lado do ensino particular; mas é preciso chamar às falas os governos que não cumpriram suas obrigações constitucionais no estabelecimento de uma rede pública de ensino que atenda ao menos às necessidades básicas — e que tornariam inermes as garras dos “tubarões”.

As organizações educativas — no plano federal, estadual e municipal — regurgitam de funcionários ociosos, de professores que não dão aula; verbas que deveriam ser usadas na reforma de escolas tomam rumos diferentes (em alguns lugares, serviram para a construção de casas populares — o que pode ser muito bonito, e politicamente rendoso, mas continua a ser um desvio de verba).

A classe média brasileira também terá de pensar o que quer da educação. Terá de aprender o que e a quem reivindicar. Se o peso da educação de repente se tornou ameaçador em seu orçamento, isto não é motivo para fechar os olhos e entregar-se à demagogia de algumas cabeças coroadas. Se quer boa educação para seus filhos, a classe média terá de aprender a discernir entre aparência e realidade. Precisarà saber quanto custa fornecer educação de qualidade — e saberá que isto é impossível se o poder público não começar a usar um pouco melhor as verbas nada desprezíveis que se encontram reunidas sob a rubrica Educação. É um bom modo de estabelecer — e cobrar — relações corretas entre o cidadão, o poder público e as diversas comunidades.

Até aqui, o nível dos debates tem sido o do emocionalismo. É o nível ideal para que os demagogos e os incompetentes escamoteiem as suas próprias responsabilidades. É urgente encontrar outro enfoque para o que pode muito bem ser o problema mais sério deste país.